

Internet e cidadania migrante: conquistas e limites¹

Liliane Dutra Brignol²

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Resumo

O artigo busca refletir sobre conquistas e limites na construção de perspectivas cidadãs em apropriações da internet por sujeitos migrantes. Para isso, parte-se de uma revisão sobre sentidos do conceito de cidadania ligados às experiências das migrações transnacionais contemporâneas, com o debate em torno das ideias de cidadania intercultural, cidadania cosmopolita e cidadania comunicativa. São apresentados resultados de duas pesquisas que apontam implicações da internet na construção de participações cidadãs para migrantes, a partir de uma discussão que contrapõe, ao caráter democrático da internet, dificuldades percebidas na relação entre sujeitos e tecnologias que impedem uma plena apropriação da técnica para a construção de cidadanias plurais.

Palavras-chave: internet; migrações; cidadania.

Introdução

A partir das discussões propostas em duas pesquisas desenvolvidas sobre o tema das migrações e usos sociais da internet, este artigo busca refletir sobre conquistas e limites na construção de perspectivas cidadãs em apropriações da internet por sujeitos migrantes. Para isso, parte-se de uma revisão sobre sentidos do conceito de cidadania ligados às experiências das migrações transnacionais contemporâneas, com o debate em torno das ideias de cidadania intercultural, cidadania cosmopolita e cidadania comunicativa.

Em um segundo momento, são apresentados resultados de pesquisas que apontam implicações da internet na construção de participações cidadãs para migrantes, tanto nos usos cotidianos da rede mundial de computadores para informação e comunicação, quanto na produção de sites e outros ambientes comunicacionais dedicados a tematizar e trocar experiências sobre a condição migrante.

Neste trabalho, para além das implicações positivas que o caráter democrático da internet, pela facilidade de uso, baixos custos e possibilidade ampliada de acesso à produção, são destacados limites ainda percebidos na relação entre sujeitos migrantes e tecnologias, que impedem uma plena apropriação da técnica para a construção de espaços de cidadania.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora doutora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – Santa Maria – RS/Brasil. Email: lilianebrignol@gmail.com

A migração é entendida, neste contexto, como dinamizadora das relações identitárias (Hall, 1996; 2003). O emaranhado de identificações surgidas a partir da experiência de deslocamento, que pode até mesmo combinar tentativas de resgate e manutenção dos vínculos com o passado e a emergência de novas experiências favorecidas pela mudança, vai ser responsável por uma profunda reconfiguração no modo como entendemos as identidades.

Responsável por impactos tão significativos tanto nos países de nascimento como de destino dos migrantes, as migrações vão produzir identidades plurais, que não se vinculam a um território específico, mas são atravessadas por diferentes pertencas, ou seja, são marcadas pelo transnacionalismo³. São identidades híbridas que obrigam uma profunda revisão na relação experimentada entre o passado e o presente, exigindo entendê-las em seu constante fazer-se.

Segundo dados divulgados em 2012 pela Organização Mundial para as Migrações⁴, o número de migrantes transnacionais aumentou, nos últimos dez anos, de 150 milhões, em 2000, para 2014 milhões, na atualidade – o que representa 3,1% da população mundial. Apesar do temor que os fluxos migratórios costumam gerar, principalmente nos países mais ricos – o que se intensificou desde 2008, com a deflagração da crise econômica e financeira mundial –, o que se percebe é que a porcentagem de migrantes tem se mantido relativamente estável em relação ao número total da população, aumentando apenas 0,2% na última década. Como mudança, no entanto, as estatísticas indicam que a migração está mais distribuída entre os países, sobretudo entre países em desenvolvimento e dentro do hemisfério sul do globo.

Diante deste cenário de migrações transnacionais, os meios de comunicação assumem um papel importante para a consolidação de relações transnacionais, próprias das dinâmicas migratórias, com a possibilidade ampliada de contato entre migrantes e destes com seus familiares e amigos, construção de projetos de migração, manutenção de vínculos com o país de nascimento, aprendizado do idioma do país para o qual migraram, tomada de conhecimento e participação na cultura local, organização e mobilização social através da participação em organizações migrantes, entre outras possibilidades de usos da internet ligadas à experiência migratória (BRIGNOL, 2010).

³ Ao falar de transnacionalismo estamos referindo relações múltiplas tanto com o local de nascimento, de migração e os múltiplos locais de passagem, de fluxo, pelos quais se desloca e com os quais interage. Embora pressuponha relações entre nações, o conceito passa a incorporar uma dimensão mais ampla ao vincular-se à noção de relações transculturais.

⁴ A OIM (www.iom.int), criada em 1951, é uma organização intergovernamental no âmbito das migrações e trabalha com a colaboração de associados governamentais, intergovernamentais e não governamentais.

Aproximações entre cidadania e migrações

Destacamos três dimensões do conceito de cidadania tensionadas mais diretamente pela experiência migratória: as ideias de cidadania intercultural, cidadania cosmopolita e cidadania comunicativa. Em reflexão sobre o conceito de cidadania revisto à luz do fenômeno migratório contemporâneo, Cogo faz uma articulação sobre estas três perspectivas: “As crescentes demandas por cidadanias intercultural e cosmopolita dos migrantes impulsionam a emergência de uma cidadania comunicativa de organizações e redes migratórias como estratégia de visibilidade pública de uma agenda em prol das migrações contemporâneas” (COGO, 2007, p.71).

Nesta perspectiva, a cidadania intercultural está relacionada com o surgimento de sociedades cada vez mais multiculturais, com a coexistência em um mesmo espaço social de pessoas que se identificam com muitas culturas diferentes. A diversidade de crenças, de valores e símbolos pode levar a problemas de convivência, sobretudo em função de que existe a tendência de que algumas manifestações culturais sejam consideradas dominantes, enquanto as restantes são relegadas a um segundo plano.

A ideia de cidadania intercultural implica no reconhecimento de que todos têm o direito de se identificar e vivenciar diferentes culturas sem serem discriminados ou subvalorizados em função disso. Isso significa que nenhuma cultura é melhor que outra ou que exista uma cultura desprovida de valor, o que faz pensar que as questões relacionadas à cidadania intercultural não são apenas de justiça ou acesso ao livre direito de manifestação e expressão cultural, mas também de garantia da riqueza da diversidade humana.

Um diálogo intercultural efetivo garantiria a possibilidade de se descobrir de forma conjunta quais são os valores das distintas manifestações culturais e quais suas contribuições para a esfera coletiva, já que um dos princípios da cidadania intercultural é a compreensão de que nenhuma cultura é capaz de solucionar todas as questões de reconhecimento. Pelo contrário, como já discutimos, não podemos esquecer as diferenças que existem dentro de cada cultura e as constantes hibridações culturais que tornam as sociedades contemporâneas cada vez mais complexas.

É a mesma ética do diálogo intercultural que levaria ao entendimento de que cada indivíduo tem o direito de decidir “quais pertencas considera mais identificadoras, quais, ao contrário, lhe parecem secundárias por comparação, em relação a quais grupos está disposto a empreender uma luta pelo reconhecimento, e em relação a quais não está” (CORTINA, 2005, p. 156).

A concepção de cidadania intercultural está muito relacionada à incorporação das demandas de migrantes, que acabaram dando origem a novas gerações de direitos, entendidos a partir de seus vínculos com as questões de identidade. Além disso, redefine uma concepção de cidadania universalista que busca garantir que todos sejam iguais perante o Estado e a justiça, por exemplo. Nessa perspectiva, todos devem ter os mesmos direitos, mas devem ser reconhecidos a partir de suas diferenças.

Na transformação do que entende por um mundo social para um mundo cultural, Alain Touraine (2006) fala sobre a reivindicação dos direitos culturais como mais do que um direito à diferença, expressão que considera incompleta ou tão aberta a ponto de se tornar perigosa, mas como forma de combinar uma diferença cultural com a participação em um sistema econômico cada vez mais mundializado. “A passagem dos direitos políticos aos direitos sociais e depois aos direitos culturais estendeu a reivindicação democrática a todos os aspectos da vida social e, por conseguinte, ao conjunto da existência e da consciência individuais”, diz Touraine (2006, p. 172).

A novidade, segundo o autor, é que grupos definidos em termos de nação, etnia ou religião, que só tinham existência na esfera privada, ganham uma projeção pública muitas vezes capaz de questionar a pertença à determinada sociedade nacional. Nesse contexto, “aquilo que cada um de nós exige, e, sobretudo, os mais dominados e os mais desprotegidos, é ser respeitado, não ser humilhado e até, exigência mais ousada, ser escutado – e mesmo ouvido e entendido” (TOURAINÉ, 2006, p. 173).

Embora pouco fale em termos de cidadania, Touraine chama a atenção para o fato de que os movimentos culturais devem associar suas lutas ao reconhecimento da alteridade e à defesa dos direitos políticos e sociais. É aí que podemos aproximar sua proposta ao conceito de cidadania intercultural com que trabalhamos. Trata-se, mais do que assimilar o princípio do universalismo da cidadania, como diz Touraine (2006), atuar em favor de uma redefinição do sentido de cidadania que permita incluir o convívio e a plena manifestação das diferenças.

A ideia de cidadania global ou cosmopolita é proposta por Adela Cortina (2005), que, ao refletir sobre o conceito de cidadania intercultural, fala sobre as dificuldades de se propor um modelo de cidadania capaz de tolerar, respeitar e integrar as diferentes culturas de uma comunidade política, quando se vive entre diferenças que tendem a qualificar culturas como de “primeira e de segunda classe”. Os limites apresentados na busca de compreender outras culturas fazem com que a cidadania intercultural acabe assumindo um

caráter reivindicatório para grupos minoritários, muito mais relacionada a uma dimensão legal, do que social e civil. Essas implicações fazem a pesquisadora propor o conceito de cidadania cosmopolita como uma união dos direitos sociais, civis e políticos que ultrapassaria limites territoriais.

O grande limitador para a cidadania cosmopolita é, segundo a autora, mais do que a incapacidade de compreensão das diferenças culturais, a desigualdades econômicas e sociais – o preconceito e a exclusão maiores não são com os estrangeiros, por sua condição cultural, mas pelo fato de, na maior parte das vezes, serem pobres. A garantia da cidadania cosmopolita viria, em primeira instância, com o acesso universalizado aos direitos sociais.

A própria Adela Cortina ao trazer a discussão sobre a cidadania cosmopolita a apresenta como um ideal, pela distância que guarda com todas as políticas restritivas construídas alicerçadas pela concepção de Estado-nação e reforçada por entidades supra-nacionais como a União Europeia. O mesmo ideal é postulado pelos movimentos migrantes e algumas de suas representações, como a Pastoral do Migrante, vinculada à Igreja Católica no Brasil. Um dos resultados dos debates do primeiro Fórum Social das Migrações, em 2005, foi o reconhecimento da necessidade de se buscar o que foi definido como uma cidadania planetária, com a garantia de direitos àqueles sujeitos que decidiram, por diferentes razões, migrar e com a garantia do próprio direito de migrar, pelo reconhecimento do desejo de deslocamento como próprio da condição humana. Para ver transformada essa condição da cidadania cosmopolita de ideal a um projeto comum realista, é preciso que sejam aliadas iniciativas de educação, adoção de medidas jurídicas e também mudanças na ordem internacional em diferentes níveis.

Em uma terceira concepção, a proposta de cidadania comunicativa, como uma tentativa de vinculação entre as noções de comunicação e cidadania, aparece como contribuição valiosa proposta por pesquisadores como Maria Cristina Mata (2001) e Carlos Camacho (2003). Em uma aproximação à ideia do impacto das mídias para a experimentação de condições diferenciadas de cidadania, Mata atribui à noção o caráter de recurso necessário para repensar um modo de ser no mundo hoje. Dessa forma, a pesquisadora reflete sobre o papel das relações de multiculturalismo e de centralidade da mídia para a redefinição da cidadania em termos de múltiplos campos de atuação. Através desse contexto de percepções, Mata analisa a crescente exibição nos meios de comunicação de práticas políticas, como ampliação do espaço público e conseqüente fortalecimento da

cidadania através, por exemplo, do que define como uma maior vigilância e controle de atos do governo e de outros setores do poder.

Partindo da análise de uma tendência da mídia de apenas retratar, de maneira mercantil e descontextualizada, representações de parcela dos cidadãos marginalizados e excluídos dos processos de tomada de decisão, apresentados sempre como sujeitos de demanda, até a ampliação rumo a um movimento de efetiva construção de participações cidadãs via acesso dos meios de comunicação, refletindo o papel dos cidadãos como sujeitos de ação, a pesquisadora faz uma análise do caso argentino para propor o conceito:

Lenta y desigualmente, estas prácticas ciudadanas novedosas, realizan esa conjunción de discurso y acción que confiere poder. En ciertos casos, sea con el recurso a medios y tecnologías de información -emisoras, publicaciones, redes informáticas-, o sea con recursos a los cuerpos, las cacerolas, las teatralizaciones, los escraches, es decir, con la producción de un espacio público urbano que altera la fisonomía de los ámbitos cotidianos de interacción, hay una ciudadanía que se constituye desde lugares diferenciados y que desde ellos busca no sólo su expresividad particular sino imaginar un futuro común y diferente (MATA, 2001, p.11).

Essa “nova cidadania” construída através de atravessamentos midiáticos e comunicacionais também é objeto de estudo de Camacho (2003), que parte da constatação de que cada vez mais os meios de comunicação, e muito através das tecnologias da comunicação e da informação, se constituem no âmbito de representação simbólica em que diferentes grupos sociais reconfiguram suas identidades, expressam suas demandas, debatem os assuntos públicos e se reconhecem como membros de uma comunidade.

Como ponto em comum entre as três dimensões abordadas aparece a tentativa de ultrapassar o conceito clássico de cidadania, que a circunscreve como o exercício legal de um conjunto de direitos e deveres (civis, políticos e sociais), por perceber que ele não dá conta de explicar o processo de participação cidadã no contexto atual.

Nesse esforço, pensar sobre a cidadania implica em compreendê-la por sua condição de participação ativa dos sujeitos implicados e também como uma questão de pertencimento. Trata-se, nessa concepção, de um conceito mediador ao integrar a exigência de justiça e o sentimento de pertença:

Em princípio entende-se que a realidade da cidadania, o fato de se saber e se sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela. Com isso, nesse conceito se encontrariam os dois lados a que nos referimos: o lado “racional”, o de uma sociedade que deve ser justa para que seus membros

percebam a sua legitimidade, e o lado “obscuro”, representado por esses laços de pertença que não escolhemos mas já fazem parte de nossa identidade (CORTINA, 2005, p. 27).

Para um avanço no conceito de cidadania, portanto, a racionalidade da justiça e o sentimento de pertença a um coletivo precisam andar juntos, para só assim garantir a participação de cidadãos plenos. Desde a aproximação a situações específicas de usos da internet por migrantes, refletimos sobre apropriações da internet em seu viés de participação cidadã. A possibilidade de apropriação de tecnologias é pensada como responsável pelo exercício de uma condição de cidadania diferenciada.

Participações cidadãs e usos sociais da internet

As pesquisas empíricas dos usos sociais da internet relacionados com a trajetória de migração nos permitem apontar eixos diferentes para pensar renovados sentidos para a cidadania hoje. Relacionamos essas novas figuras de cidadania com perspectivas teóricas e as ampliamos pela aproximação a experiências concretas trazidas no âmbito de duas pesquisas aqui refletidas. A primeira estudou usos sociais da internet por migrantes latino-americanos nas cidades de Porto Alegre e Barcelona (BRIGNOL, 2010)⁵. Na segunda investigação, em desenvolvimento⁶, pesquisa-se sobre a produção de sites ligados ao tema das migrações, o que se propõe chamar de *web-diaspóricas*, conceito criado para explicar o fenômeno das múltiplas apropriações da web por sujeitos que vivem a experiência da diáspora em seu cotidiano. As *web-diaspóricas* são entendidas como sites, blogs, portais de notícias, comunidades virtuais, fóruns e outros ambientes comunicacionais na web desenvolvidos por migrantes ou dirigidos a esses coletivos em que as questões do deslocamento, da diáspora e de todas as suas implicações, sociais, culturais, políticas, econômicas e também jurídicas, são tematizadas.

Em ambas as pesquisas, pensar em cidadania na internet significa entender suas diferentes possibilidades comunicativas construídas através de apropriações entre seu viés interacional e midiático, o que significa entender a internet em sua complexidade, além de reconhecer as interações e os sentidos de diferentes ordens que podem ser por ela mediados.

⁵ A pesquisa buscou compreender as dinâmicas dos usos sociais da internet por migrantes latino-americanos, de maneira a refletir sobre o modo como questões identitárias atravessam usos da rede mundial de computadores, demandando apropriações de seus ambientes comunicacionais e configurando estratégias para o acesso a condições diferenciadas de cidadania. Para isso, foram discutidos os conceitos de identidade, cidadania e usos sociais da internet, a partir da aproximação ao cenário múltiplo e complexo da América Latina e da dinâmica das migrações transnacionais.

⁶ Pesquisa desenvolvida no Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM, com apoio do CNPq (edital Universal 014/2010).

A ideia de cidadania presente nas narrativas de identidade dos 16 entrevistados – migrantes residentes em Porto Alegre e Barcelona, com distintas condições de cidadania, tempo de permanência nos países de migração, vindos de 10 países diferentes da América Latina⁷ – e em seus usos da internet aparece ligada a um sentido de pertença expreso, por exemplo, no modo como participam das dinâmicas das cidades onde passaram a viver. A internet é usada, nesse sentido, para conhecer a dinâmica urbana, ter acesso a informações sobre eventos culturais e atividades relacionadas à vida cotidiana, como transporte, aluguéis de moradia, busca de trabalho, matrícula em cursos, busca por opções de lazer, entre outras possibilidades. Vários entrevistados falaram da satisfação, por exemplo, de sair para fazer compras como uma forma de fazer parte da cidade, sentir-se um a mais no cenário urbano, mostrando como também o consumo pode atuar no modo de reconhecimento dos cidadãos.

Podemos destacar diferentes níveis de cidadania com os quais nos deparamos durante a investigação. O primeiro deles refere-se à cidadania jurídica, o que apontamos como condição de cidadania do migrante, definidora do tipo de participação que cada um poderá ter no país de migração e presente no uso da internet para busca de informações sobre leis e processos de regularização, assim como na participação de fóruns e listas de discussão que tratam do tema.

O segundo nível relaciona-se com os direitos sociais, sobretudo ao trabalho, à moradia, saúde e educação, lutas dos migrantes tanto em Barcelona quanto em Porto Alegre, em função das quais se organizam redes de apoio e intercâmbio entre os migrantes, em grande parte mediadas pela internet.

A terceira dimensão de cidadania identificada aproxima-se do acesso aos direitos políticos, o que é mais tematizado pelos entrevistados em Porto Alegre, que gostariam de poder eleger seus representantes e até mesmo serem votados em eleições locais e nacionais. A participação política dos migrantes se vê muito relacionada aos usos da internet através da participação em campanhas online, aproximação a ONGs, discussão em blogs e sites temáticos, mobilização para eleição de representantes em seus países, entre outros movimentos que identificamos entre parte dos entrevistados.

Os entraves para acesso a esses direitos se dão por impedimentos legais, em primeiro lugar, mas também pela burocracia e pelo desconhecimento dos procedimentos

⁷ Em Porto Alegre, colaboraram seis homens e duas mulheres, de sete nacionalidades diferentes: dois uruguaios, um chileno, um boliviano, um paraguaio, uma peruana, uma argentina e um equatoriano. Em Barcelona, também foram oito entrevistados: cinco mulheres e três homens, de seis nacionalidades diferentes: duas peruanas, uma dominicana, dois brasileiros, uma equatoriana, um uruguaio e um colombiano.

necessários, movimento para o qual aparece um papel de democratização da informação na internet, onde proliferam sites de entidades e de mídias voltadas a esclarecer os direitos e os deveres dos migrantes, em que muitas vezes são divididas informações sobre trâmites relacionados ao acesso a direitos pela população estrangeira.

Analizamos situações nas quais os usos sociais da internet relacionam-se com o que entendemos por cidadania intercultural e cidadania cosmopolita, a partir do convívio de experiências culturais diversas e da possibilidade de identificação e participação em uma sociedade menos limitada por barreiras geográficas, leis e políticas migratórias baseadas em limites nacionais, ainda muito distante da realidade com que se defrontam os migrantes. A internet passa a ser usada, então, na tentativa de romper alguns desses limites e facilitar os projetos de vida construídos numa perspectiva cosmopolita. Neste sentido, temos os usos da internet para o suporte aos projetos de migração, como mediadora de relações transnacionais, em um consumo cultural ligado a pertencas identitárias múltiplas, no aprendizado de diferentes idiomas, na dinâmica de associações e entidades de migrantes, configurando novas formas de viver a experiência do território, multisituado, e de transitar por diferentes repertórios culturais.

O modo como os migrantes vão construindo movimentos próprios de usos da internet e a própria diversidade de sites referidos, revelando também uma compreensão múltipla dos sentidos de diferentes ambientes comunicacionais para cada um, apontam para o que buscamos definir como cidadania comunicativa a partir de apropriações da internet. A possibilidade de produção própria, em dinâmicas que revelam vinculações com pertencas identitárias e com a própria condição de migrante, são sinalizadores do exercício de participação e de reconhecimento desses sujeitos a partir da apropriação de tecnologias da informação e da comunicação.

Na pesquisa sobre *web-diaspóricas*, a partir das informações obtidas em pesquisas anteriores através dos próprios relatos dos migrantes, ampliou-se a busca por sites relacionados ao tema das migrações para análise aprofundada de suas dinâmicas de produção e consumo. Foram identificadas e analisadas 70 páginas web, sendo selecionadas 12 para um estudo em profundidade que conta com entrevistas com os produtores. Como critério para seleção, foram buscadas aquelas plataformas ligadas ao contexto das

migrações de latino-americanos, sem uma restrição do âmbito da publicação em termos de país de sua produção⁸.

Deste mapeamento, o que se percebe é que diferentes plataformas na web são apropriadas por migrantes, de forma individual ou através de coletivos de representação, com objetivos diversos ligados ao contexto das migrações. Quanto às plataformas usadas para a criação das *web-diaspóricas*, centramos a análise em sites, blogs e portais. Os sites são entendidos como ambientes comunicacionais na web usados para apresentar conteúdos estruturados em seções definidas e de detalhamento de conteúdo, produtos, serviços, etc. Das 70 plataformas analisadas, 31 (44%) eram sites. Foram 25 (36%) blogs analisados, diferenciando-se pela estrutura mais simples, caracterizada pelas entradas de conteúdo em ordem cronológica. Finalizando, foram 14 portais analisados (20% do total das plataformas), diferenciados por sua proposta de se consolidar como referência de acesso para as aplicações, serviços e conteúdo, marcados por extensos volumes de informações.

Quanto à produção, destacam-se plataformas criadas e mantidas por uma única pessoa, normalmente migrante que busca dividir com outros suas experiências ou divulgar informações relacionadas ao tema. Também aparecem produções mantidas por associações e ONGS, entidades mais formais, constituídas por estatuto próprio, e com existência para além da própria internet, promovendo encontros e, até mesmo, assistência a comunidades migrantes. Identificamos, ainda, produções de *web-diaspóricas* por coletivos migrantes, grupos que se reúnem (muitas vezes apenas virtualmente) para produzir e compartilhar conteúdo sobre o tema, além de promover o contato com migrantes em diferentes países. Há, ainda, produtores ligados a grupos de mídia que percebem o coletivo migrante como público-alvo de suas publicações, além de entidades religiosas dedicadas a discutir a questão migratória no mundo.

Entre os objetivos com que as *web-diaspóricas* são criadas, a pesquisa identifica quatro apropriações centrais relacionadas à experiência das migrações na web: função institucional, de notícias, guias e sites/blogs pessoais.

O objetivo de divulgação **de notícias** é o mais presente dentro da amostra, identificado em 32 *web-diaspóricas* analisadas (46% do total). Nestes casos, há a publicação de materiais informativos sobre o tema das migrações, muitas vezes, por mídias

⁸ A opção se deu em função do contato, em outras pesquisas, com esse coletivo e à riqueza do material produzido na web em relação às migrações de latino-americanos pelo mundo.

especializadas para o público migrante, ou diretamente por coletivos migrantes que, ora fazem circular produções autorais, ora republicam conteúdo filtrado de outras mídias.

É o que percebemos no site *Desde el Sur* (www.desdelsur.bo), em formato de jornal digital com foco no tema das migrações, busca promover maior entendimento a respeito das questões políticas, sociais, econômicas e culturais referentes ao tema. Em sua seção Atualidades, possui quatro editorias de notícias: Política e Gestão; Economia; Interculturalidades; e Sociedade. Além disso, existe a seção Multimídia, com galerias de fotografias e vídeos e também a seção Biblioteca, a qual dispõe de documentos, publicações e histórico de notícias a respeito do tema migração. O *Desdelsur*, mesmo com foco no contexto boliviano, se propõe a discutir a dinâmica migratória a partir do “sul” do continente americano, com o objetivo levar informações sobre o processo de migração voltadas para os direitos humanos e interculturais.

Os sites institucionais representam 21% da amostra, com 15 casos analisados. Percebemos que a função **institucional** das *web-diaspóricas* implica na consolidação de espaços de divulgação de entidades ligadas ao tema das migrações, em sites muitas vezes criados para migrantes e não diretamente produzidos por estes.

É o que encontramos no site do Instituto Migrações e Direitos Humanos (www.migrante.org.br/IMDH), site que publica notícias, artigos, projetos, relacionados à presença de migrantes e refugiados no Brasil. Apresenta dados de pesquisa e estatísticas sobre questões migratórias e é mantido pelo IMDH, com sede em Brasília e fundado em 1999, como entidade social sem fins lucrativos, filantrópica, cuja missão é promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados, atuando na defesa de seus direitos, na assistência sócio-jurídica e humanitária.

Como outras *web-diaspóricas* analisadas, o site do IMDH é vinculado a organizações ligadas à igreja Católica dedicadas ao tema das migrações. No caso, a congregação das Irmãs Scalabrinianas atua em parceria com várias organizações da sociedade, especialmente com as entidades integrantes da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados, que o próprio IMDH articulou. Os eixos temáticos do site são: Refugiados, Migrantes, Brasileiros no exterior, Brasileiros retornados e Tráfico de Pessoas.

Outra categoria de *web-diaspórica* analisada é a de **guias**, que funcionam como roteiros na web com orientações aos migrantes, com dicas quanto a leis e questões jurídicas relacionadas aos deveres dos migrantes no país de migração e ao acesso a direitos civis e sociais, além de relatos de experiências de migrantes, e orientações quanto a local de

moradia, trabalho, legislação, lazer, etc. Foram 14 guias analisados (20%), a exemplo do Guia Latino (www.elguialatio.com.br), que enfatiza expressões culturais latino-americanas em São Paulo, com agenda e indicação de restaurantes e bares, notícias, previsão do tempo, quase como se fosse um portal voltado para a comunidade latino-americana residente na cidade de São Paulo.

Por último, destacamos as web-diaspóricas **pessoais**, propostas com a um caráter mais confessional, como espaço de testemunhos e trocas entre quem vive a experiência da diáspora. Ao total, identificamos 9 plataformas com caráter pessoal (13% do total).

Selecionamos para análise aprofundada o caso do blog *Escombros Hablaneros* (escombrosablaneros.blogspot.com), mantido por um migrante nascido em Cuba, que vive em Brasília, para tratar de temas relacionados a questões políticas. Com uma estrutura mais simples, o blog dá espaço para comentários que ajudam a atualizar o conteúdo postado, em uma dinâmica colaborativa. Como inspiração para criar o blog, o migrante relata: *“Estoy a 12 años fuera de Cuba más específicamente de La Habana, esa ciudad maravillosa. Cuando se lleva tanto tiempo fuera de su cultura, de su idioma, se siente que una parte de uno muere lentamente a cada día que se levanta y se escucha buenos días en otra lengua”*.

O posicionamento do migrante indica como questões identitárias atravessam os usos da web, em produções que, mais do que tematizar um assunto com importância crescente no mundo, permitem compartilhar experiências e promover aproximações entre sujeitos que passam a assumir o papel de produtores na rede mundial de computadores.

Limites na relação entre cidadania, migrações e internet

Na primeira pesquisa, no caso dos relatos dos entrevistados migrantes, os limites da cidadania comunicativa estão relacionados com a falta ou a desigualdade no acesso às tecnologias e à internet, o que pode ser percebido nas trajetórias dos entrevistados, marcadas por uma diversidade que revela assimetrias no modo como cada um se comunica e se informa. Dois migrantes, por exemplo, não têm computador, o que exige a busca de locais para acesso público pago à internet. Além disso, outros entrevistados que usam concomitantemente locutórios, *lanhouses* e cibercafés, indicam uma diferença nos usos da internet nesses espaços e em locais que não sejam públicos, como suas próprias casas, onde conseguem uma privacidade que permite uma comunicação mais próxima via *MSN*

Messenger ou *Skype*⁹. Há casos narrados de migrantes que se constroem de usar a *webcam* nos locutórios, mas não possuem esse equipamento em casa, por exemplo.

Em outras situações, é identificada uma diferença no tipo de acesso à internet entre quem migrou e quem permanece no país de nascimento. Isso aparece em relatos que indicam a impossibilidade de se comunicar com algum parente que não sabe usar a internet ou não tem computador em casa, ou quando essa comunicação apresenta problemas de ordem técnica relacionada com a baixa velocidade de conexão. Os usos sociais da internet por migrantes, pelo que observamos, demandam, até mesmo, a criação de uma estrutura mínima de acesso à internet em alguns países da América Latina que até há poucos anos possuíam muito mais barreiras, como número reduzido de computadores nas residências e acesso restrito à internet banda larga. Essas restrições ainda precisam ser superadas, mas as próprias experiências relatadas pelos entrevistados mostram a criação de certas táticas para ampliar o acesso à internet, muito relacionadas com a proliferação de pequenas iniciativas de *lanhouses* e locutórios em cidades de onde costumam migrar muitos cidadãos para outros países –fenômeno que certamente merece ser mais estudado.

Nesses limites à cidadania comunicativa, estão implicadas não apenas questões relacionadas ao acesso material a tecnologias, mas também ao tempo que cada um dispõe para usar as TICs e às competências desenvolvidas para tais usos. Quanto ao tempo, percebemos alguns limites relacionados com a própria condição migrante, pois muitos possuem uma intensa rotina de trabalho, muitas vezes dividida entre diferentes atividades profissionais, o que faz com que tenham pouco tempo livre para o lazer e também para os usos da internet. Também está relacionada com a condição migrante a necessidade de adaptação à diferença de fuso horário entre país de migração e país de nascimento, indicado como restrição ao tempo que algumas famílias têm para se encontrar e se falar através dos programas mensageiros, principalmente quando essa comunicação se dá com crianças, que não podem ficar depois de certa hora acordadas. Outra barreira relacionada com o modo de vida migrante é o uso compartilhado da residência, que faz com que a privacidade para o uso do computador nem sempre seja garantida e com que o próprio equipamento seja dividido entre os vários moradores, exigindo uma organização de horários restritos para o empréstimo.

⁹ Programas que permitem a troca de mensagens online por texto ou a interação através de áudio e vídeo (via *webcam*).

Quanto à falta de competência para certos usos da internet, percebemos que, mesmo que os migrantes demonstrem vontade para incorporar efetivamente às tecnologias em seu cotidiano, o fazem com certas restrições que, em alguns casos, aos poucos vão sendo superadas. Assim, nos aproximamos de experiências de sujeitos que não eram capazes de nem sequer ligar o computador sozinhos e que, através de cursos gratuitos ou do aprendizado com os próprios familiares, ganharam certa autonomia para um uso bastante limitado da internet.

Há outros que desenvolveram competências que permitiram, inclusive, a criação de páginas web ou blogs, mas apontam algumas barreiras relacionadas com outras pontualidades da internet ligadas à possibilidade de dar projeção, ampliar o acesso e tornar estes mesmos ambientes comunicacionais mais interativos. Não basta criar um site e poucos o acessarem e entrarem em contato com seu conteúdo e suas dinâmicas de interação. É o que percebemos na análise das *web-diaspóricas*.

Em primeiro lugar, a preferência por blogs e sites pode ser justificada por sua facilidade de uso, não implicando em conhecimentos técnicos específicos para sua manutenção e atualização de conteúdo, o que aparece ainda como limite para a proposição de plataformas mais complexas de gestão para os migrantes. Nas entrevistas já realizadas com os produtores, eles enfatizam que conhecem apenas o básico quanto a usos da internet, optando por plataformas gratuitas que oferecem modelos já previamente desenhados de blogs, dando menos importância para a estrutura e layout de suas páginas, em função do desconhecimento sobre questões relativas à criação e gestão de plataformas web.

Há, portanto, um limitante relacionado com a competência para a criação da estrutura técnica adequada para uma comunicação efetiva através desses ambientes comunicacionais. Sites com um layout poluído, com pouco espaço para interação e participação dos usuários, com excesso de informação ou sem informações básicas são comuns entre as *web-diaspóricas*, assim como existem aquelas bem sucedidas em seus propósitos, que crescem e ganham repercussão na internet.

Os entrevistados também revelam a dificuldade existente em se fazer uma produção colaborativa na internet, embora vários já participem de iniciativas coletivas. Essas barreiras estariam relacionadas à falta de tempo para a participação e aos níveis de engajamento distintos, o que faz com que muitos acabem desistindo ou pouco contribuindo para o avanço dos projetos. Neste sentido, muitas plataformas na web analisadas não reservam espaços para comentários ou outras formas de participação de seus leitores,

mantendo uma lógica de produção centralizada e pouco aberta à interação, contrariando alguns dos princípios mais promissores da internet em termos de comunicação democrática.

Por último, destacamos como possível limite para uma apropriação da internet, em seu viés de participação cidadã, a predominância de uma lógica de republicação de conteúdo nas *web-diaspóricas*, ou seja, em muitas plataformas analisadas, o conteúdo não é autoral. Assim, os blogs, sites ou portais atuam na seleção e publicação de conteúdos previamente publicados na rede ou em outras mídias (na maioria dos casos, com a identificação das fontes). De qualquer forma, podemos destacar que ainda nestes casos há uma produção dos sujeitos envolvidos com as *web-diaspóricas*, com o filtro e o redirecionamento de conteúdos selecionados através do interesse comum no tema das migrações. As *web-diaspóricas* podem servir, assim, de referência ao acesso a um tipo de informação que, de outra forma, seria mais dificilmente localizada por sua dispersão e fragmentação.

Considerações finais

A desigualdade nos usos da internet e os limites apontados não impedem, no entanto, a experimentação dos migrantes e a busca de alternativas para romper com as desigualdades de acesso, sejam eles de ordem material, de falta de tempo ou de competência. O que procuramos refletir, a partir de pesquisas empíricas e em consonância com o debate teórico, é que a condição migrante e cosmopolita gera demandas e também certos impedimentos para o acesso à internet e às TICs de um modo geral. A cidadania comunicativa, em uma aproximação às cidadanias intercultural e cosmopolita, vai sendo construída através de apropriações e mediações tecnológicas. Nesse movimento, no qual, não podemos esquecer, nunca há uma liberdade total dos sujeitos, existe um sentido de participação que vai levando para um cenário de mais protagonismo dos migrantes, mesmo que, ainda, a partir de fatores limitantes que precisam ser superados.

Nas apropriações estudadas, portanto, apesar dos limites apontados, percebe-se que a internet, através de seus usos cotidianos e na produção das *web-diaspóricas*, passa a ocupar um duplo papel de dar visibilidade para a temática das migrações transnacionais, de forma mais ampliada e sob a perspectiva de quem vive o fenômeno, assim como, em alguns casos, permite a participação, o encontro e a mobilização destes mesmos migrantes que assumem o lugar de protagonistas na narrativa de suas vivências, na troca de experiências e interações decorrentes da comunicação mediada pelo computador.

As mídias tradicionais, rádio, televisão, mídia impressa e mesmo grandes mídias presentes em portais e sites de notícia, seguem polarizando a construção de imaginários em torno das migrações em matérias que ganham uma repercussão na maioria das vezes maior do que as que circulam pelas mídias alternativas e *web-diaspóricas*, mas passam a ser tensionadas por estas, em que as versões dos migrantes assumem um lugar importante.

Assim, também os migrantes tomam para si um papel cada vez mais ativo no processo de comunicação, de modo a ampliar suas possibilidades de participação social e cidadã. Todas essas múltiplas apropriações da internet relacionadas com diferentes dimensões da cidadania nos levam a afirmar que o acesso à informação e à possibilidade de inclusão à diversidade de possibilidades comunicativas e interativas da internet representam, hoje, um direito que precisa ser assegurado para a população de um modo geral, pois esse direito abre a possibilidade de uma tomada de posição e um modo de participação que redimensionam o próprio sentido da cidadania no mundo hoje.

Referências

- BRIGNOL, Liliâne Dutra. **Migrações transnacionais e usos sociais da internet**: identidades e cidadania na diáspora latino-americana. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.
- CAMACHO, Carlos A. Azurduy. América Latina, en el reto de construir puentes con y entre las ciudadanías. **Sala de Prensa**. n. 59. ano V. set. 2003. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art485.htm>>. Acesso em: 10 set. 2006.
- COGO, Denise. **Migrações contemporâneas como movimentos sociais**: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes. **Fronteiras**: Estudos Midiáticos. v. IX. n.1, jan/abr, 2007, p. 64-73.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 24, 1996, p. 68-76.
- _____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003.
- MATA, Maria Cristina. Comunicación, ciudadanía y poder: pistas para pensar su articulación. In: **Diálogos de la comunicación**. n.64, 2001. p. 65-76. Disponível em: <<http://www.comminit.com/la/teoriasdecambio/lacth/lasld-229.html>>. Acesso em: 23 mai. 2010.
- TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: Para compreender o mundo hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.